



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA-PA**  
**COORDENADORIA DA PRM/ALTAMIRA**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

<b>1 – OBJETO</b>
1.1. Contratação de serviço de remoção e instalação, com fornecimento do material, de películas protetoras em janelas, portas e paredes envidraçadas, no prédio sede da Procuradoria da República em Altamira.
<b>2 – JUSTIFICATIVAS</b>
2.1. A aquisição com instalação da película de proteção solar visa reduzir a claridade e temperatura excessivas causadas pelo sol, uma vez que a fachada da PRM/Altamira é constituída de grande área envidraçada, além de janelas e portas em vidro de áreas que precisam, além da proteção solar, da privacidade do local impedindo o visibilidade externa. A instalação de películas permite a entrada de luminosidade externa, refletindo níveis de calor no interior do ambiente, minimizando danos à saúde do público usuário do ambiente, além de preservar o mobiliário de processo de desbotamento e deterioração.
<b>3. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS, MATERIAIS E PREÇOS</b>
3.1. Serviço de remoção e instalação de película profissional anti-risco refletiva espelhada (coloração prata) para aplicação em fachada de vidros planos com visibilidade da área mais escura para a área mais clara; com baixa transmissão luminosa; com alta rejeição de Calor e raios Ultravioleta e Garantia mínima de 05 (cinco) anos.
3.2. A superfície que necessitará de <b>remoção de película</b> antiga é de aproximadamente <b>27 m²</b> .
3.3. A área total para <b>instalação de película</b> é de aproximadamente <b>41,82 m²</b> ;
3.4. A proposta deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas todas as despesas diretas e indiretas com materiais, mão de obra, cumprimento das leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhista, transporte, taxas e demais valores e encargos necessários à perfeita execução do objeto.

3.4. O valor total estimado da contratação é de **R\$ 8.185,43 (Oito mil, cento e oitenta e cinco reais e quarenta e três centavos)**, sendo de **R\$ 195,73 (cento e noventa e cinco reais e setenta e três centavos)** o valor por m².

3.3. Será adotada a modalidade dispensa de licitação com base no inciso II, Art. 75 da Lei 14.133/2021, visto que o valor estimado da contratação é inferior a R\$ 57.208,33.

3.4. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO do item, desde que atendidas às exigências contidas neste Termo de Referência.

#### **4 - DO LOCAL PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

4.1. A Contratada fornecerá o objeto deste Termo de Referência em parcela única, de acordo com a nota de empenho emitida.

4.2. A prestação dos serviços contratados deverá ser executada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da autorização para o seu início.

4.3. O dia para início da execução e o horário da prestação dos serviços deverão ser previamente agendados com a coordenadoria administrativa da unidade.

4.4. A prestação dos serviços estará autorizada tão logo a CONTRATADA receba a autorização da CONTRATANTE, fundamentada na emissão de nota de empenho dos recursos destinados ao respectivo pagamento.

4.5. Os prazos estabelecidos representam os intervalos máximos para execução dos serviços, podendo ocorrer alterações desde que devidamente justificados e haja anuência das partes interessadas.

4.6. Os serviços serão executados na sede da Procuradoria da República em Altamira (Av. Tancredo Neves, nº 3256. CEP 68372-222. Altamira/PA);

#### **5- DA VISTORIA**

5.1. Poderá ser realizada vistoria no local de execução dos serviços, de forma a se obter pleno conhecimento das condições e eventuais dificuldades, a qual deverá ser previamente agendada com a coordenação administrativa da PRM/Altamira, durante horário de expediente da unidade.

5.2. Quando realizada a visita técnica nas dependências da unidade, a empresa deverá assinar “DECLARAÇÃO DE VISTORIA” (Anexo V) não podendo alegar, sob hipótese alguma, o desconhecimento das particularidades do local.

5.3. A empresa que optar por não realizar a Vistoria Técnica deverá preencher e entregar a Declaração de Dispensa de Vistoria (Anexo VI).

5.4. O ato de apresentação de proposta, implicará a tácita admissão de que os esclarecimentos prestados foram julgados suficientes para que os serviços sejam executados nas condições

estipuladas pelo termo e seus anexos.

5.5. Em nenhuma hipótese a CONTRATANTE acolherá reivindicações fundadas na alegação de desconhecimento das particularidades dos locais, bem como de outros aspectos inerentes à elaboração das especificações e à execução do serviço.

## **6 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

6.1. Possibilitar o acesso da CONTRATADA às dependências da unidade e prestar as informações e esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades.

6.2. Fornecer à CONTRATADA cópia de nota de empenho, autorizando a execução do contrato.

6.3. Exercer a fiscalização dos serviços executados, bem como dos materiais fornecidos e notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

6.4. Atestar o recebimento do objeto contratado, após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à CONTRATADA;

6.5. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA na forma e nos prazos previstos neste Termo, após o cumprimento das formalidades legais;

6.6. Deverá observar em todas as fases de contratação os critérios dispostos para a sustentabilidade ambiental e de forma a não frustrar a competitividade.

6.7. Notificar o fornecedor em razão de qualquer descumprimento das obrigações e deveres assumidos neste Termo de Referência, exigindo a imediata correção da irregularidade, sem prejuízo das penalidades previstas para cada caso.

6.8. Aplicar as penalidades e demais medidas previstas neste Termo de Referência, por descumprimento de obrigações e deveres neles previstos.

## **7 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. restar o serviço e/ou fornecer todos os itens cotados em conformidade com as especificações exigidas neste Termo, apresentadas no orçamento proposto respeitando toda a legislação pertinente;

7.2. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender;

7.3. Não será permitida à CONTRATADA substituir a marcas do produto oferecido sem consulta à CONTRATANTE.

7.4. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionados ou decorrentes da execução do objeto do presente instrumento, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

7.5. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do objeto.

7.6. Apresentar à CONTRATANTE nota fiscal de venda do material, informando nome do banco, número da agência e da conta bancária para efeito de pagamento das obrigações.

7.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, no prazo que lhe for estabelecido.

7.8. Manter todas as condições de habilitações e qualificação regularmente exigidas na dispensa de licitação durante a vigência da contratação, cumprindo e fazendo cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas bem como as normas previstas na Lei n.º 14.133/21 e demais normas de regência;

7.9. Acusar o recebimento da Nota de Empenho no prazo máximo de até 24 horas após o seu envio. A comprovação poderá ser realizada por e-mail.

7.10. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da PR/PA, a seus servidores ou ao público em geral, em decorrência da confecção e entrega do material em desacordo com as especificações deste instrumento, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados da comprovação de sua responsabilidade, sob pena das medidas judiciais cabíveis.

## **8 - DO RECEBIMENTO**

8.1. Os materiais entregues pela CONTRATADA serão recebidos pelo CONTRATANTE, obedecido o prazo estipulado para conclusão, da seguinte forma:

8.1.1. Provisoriamente: mediante recibo, após efetuada a entrega dos materiais, para posterior verificação da sua conformidade com a especificação.

8.1.2. Definitivamente: mediante recibo, em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais (qualidade e/ou quantidade, etc), ocasião em que se fará constar o atesto da Nota Fiscal.

8.2. Caso os materiais estejam em desconformidade com o especificado neste Termo de Referência, serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a refazê-los, a suas expensas, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de recebimento da notificação.

8.2.1. Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de sanções contratuais.

8.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **9 - DO FATURAMENTO**

9.1. A CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da Procuradoria da República no Estado do Pará, CNPJ nº 26.989.715/0019-31, emitida após a entrega do objeto, no prazo especificado, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade junto à Seguridade Social – Certidão Negativa de Débito, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF, às Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal de seu domicílio ou sede e à Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440/2011.

9.1.1. Caso a empresa seja optante pelo Simples Nacional deverá apresentar também a declaração de optante do simples nacional. A declaração deve ser assinada eletronicamente com certificado digital pessoa física (eCPF) ou remetida em sua via original dentro da embalagem dos itens a serem entregues. Não será aceita assinatura digitalizada e nem assinatura usando certificado pessoa jurídica (eCNPJ), conforme orientações da Receita Federal.

9.1.2. A liberação da nota fiscal para pagamento ficará condicionada ao atesto da unidade responsável pelo acompanhamento e recebimento dos objetos ora contratados.

9.1.3. A fatura ou nota fiscal e demais documentos deverão ser encaminhadas através do Sistema de Protocolo Eletrônico do MPF, que pode ser acessado em: <https://apps.mpf.mp.br/ouvidoria/app/protocolo/>

9.2. Quando da emissão da fatura ou nota fiscal, a CONTRATADA deverá destacar, após a descrição dos serviços, a importância referente à retenção do Imposto sobre Serviços, a título de “ISS a ser recolhido por substituição tributária”, conforme legislação vigente.

9.2.1. A inexistência do destaque de que trata o item anterior não impede a retenção por parte do CONTRATANTE;

9.2.2. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

9.3. Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso.

## **10 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

10.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado pelos materiais efetivamente entregues, em moeda nacional, em até 30 (trinta) dias corridos a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal do mês de referência, por meio de depósito em conta corrente, mediante Ordem Bancária.

10.2. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.3. Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou

nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

10.4. Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.

10.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo}$$

$$I = (TX/100), \text{ assim apurado: } I = (6/100) \quad I = 0,00016438 \\ 365 \quad 365$$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10.5.1. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.

10.6. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar junto a Nota Fiscal declaração com a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

## **11 - DAS SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) não manter a proposta.

11.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções estabelecidas na Instrução Normativa nº 2, de 3 de março de 2020, do Ministério Público Federal.

11.2.1. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada ou licitante, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

11.2.2. As infrações cometidas nos certames licitatórios e nos contratos administrativos celebrados com o Ministério Público Federal ficarão sujeitas às seguintes penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente:

I – advertência;

II – multa;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Órgão Sancionador, por prazo não superior a 2 (dois) anos, nos termos dos Arts. 15, 19 e 20 da IN nº 02/2020-SG/MPF;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da penalidade, nos termos dos Arts. 16, 18, 19 e 20 da IN nº 02/2020-SG/MPF;

V – impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

11.2.3. A penalidade de advertência será aplicada na hipótese de falta leve, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, nos termos do Art. 6º da IN nº 02/2020- SG/MPF.

11.2.3.1. Considera-se falta leve o descumprimento contratual que não acarrete prejuízo significativo para a Administração, não interfira diretamente na execução do objeto e não comprometa prazos e/ou serviços.

11.2.4. A penalidade multa será aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.2.4.1. Multa moratória aplicada em virtude do atraso injustificado no cumprimento das obrigações assumidas, e corresponderá ao percentual de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o limite de 10% (dez por cento), nos termos do Art. 8º da IN nº 02/2020-SG/MPF.

11.2.4.2. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, em caso de inexecução parcial;

11.2.4.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total.

11.2.5. Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado superior a 45 (quarenta e cinco) dias no cumprimento das obrigações assumidas.

11.2.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos regularmente comprovados, o montante remanescente poderá ser cobrado judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11.2.7. A Guia de Recolhimento da União – GRU deverá ser paga no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento pela empresa sancionada, salvo se outro prazo estiver previsto no instrumento convocatório da contratação.

11.2.8. Caso a empresa não efetue o recolhimento da GRU, o valor da multa aplicada será:

I – descontado dos créditos que a contratada fizer jus, no âmbito da mesma contratação;

II – descontado da garantia;

III – cobrado judicialmente.

## **12 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos disponibilizados na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 0001/200075

Fonte: 0100

Programa de Trabalho: 03062003142640001

Elemento de Despesa: 30 - Material de Consumo

## **13 – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO**

13.1. O preço contratado será fixo e irrevogável.

## **14 – DA SUBCONTRATAÇÃO**

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.



Altamira, *data da assinatura eletrônica.*

JESSE DE SOUZA SOARES  
COORDENADOR DE PRM - NIVEL I

Assinado com login e senha por JESSE DE SOUZA SOARES, em 01/09/2023 09:40. Para verificar a autenticidade acesse  
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 11e5190e.08d33ea5.73c71e1f.c80906a8